

Novos eleitos pregam mudança radical do Congresso

Os deputados federais que chegarão ao Congresso em 1º de fevereiro estão mandando um só recado aos atuais parlamentares:

— Ouçam a voz das urnas — recomendou Rubens Bueno, eleito pelo PSDB do Paraná.

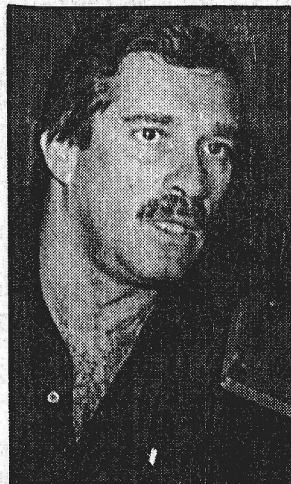
— Atendem ao sinal que o povo deu — aconselhou Carlos Campista, eleito pelo PDT do Rio de Janeiro.

— O Legislativo não pode mais ser omissor — advertiu Odacir Klein, eleito pelo PMDB gaúcho.

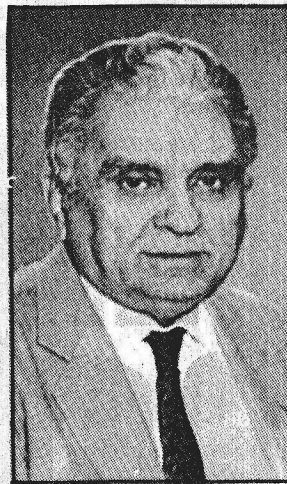
Para eles, como para a maioria de um grupo de 40 eleitos consultados pelo GLOBO nesta semana, a regulamentação e a revisão constitucional são tarefas indispensáveis para resgatar a credibilidade que o Congresso perdeu junto à população. Alguns, porém, confundem o que é objeto de regulamentação e o que será próprio da revisão constitucional.

Ouvidos em todos os Estados e integrantes dos dez partidos que terão maior representação no Congresso, eles anteciparam os temas a que se dedicarão na próxima legislatura. Entre esses pontos destacam-se a fixação de critérios claros para a desapropriação de terras com vistas à reforma agrária, a regulamentação do dispositivo que limita as taxas de juros em 12% reais (descontada a inflação) ao ano, a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e a aprovação da Lei de Custos e Benefícios da Previdência Social.

A situação dos aposentados preocupa representantes de todos os partidos e de todos os Estados, como Mario Valadão



Carlos Alberto Campista



Aluizio Alves



Carlos Roberto Lupi



Odacir Klein

(PDS-GO), José Egydio (PFL-RJ), Adão Pretto (PT-RS) e Carlos Lupi (PDT-RJ).

— Conheço uma família com sete crianças excepcionais cujo pai é aposentado com apenas um salário mínimo — assinala o futuro Deputado José Egydio.

— É preciso garantir aos aposentados a incorporação de todas as vantagens que tinham quando trabalhavam — afirma Carlos Lupi.

Praticamente todos os futuros parlamentares ouvidos pelo GLOBO manifestaram preocupações com problemas sociais, prometendo trabalho em favor da consolidação dos direitos sociais e trabalhistas que já estão na Carta, mas dependem de regulamentação. Há quem entenda, no entanto, que a Constituição deve estabelecer também mais deveres dos cidadãos.

— A atual Constituição fornece muitos direitos ao cidadão,

mas não cobra suas obrigações — observou Pedrão Abraão, eleito Deputado federal pelo PMDB de Goiás. Essa posição, contudo, não é comum.

A Deputada eleita Sandra Starling (PT-MG) está anunciando que lutará para ampliar para até 120 dias a licença-paternidade, fixada em cinco dias pela Constituição. Terá como companheiro nessa luta o futuro deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). Ainda na bancada de esquerda, Carlos Santana (PT-RJ) está disposto a defender a redução da jornada de trabalho para seis horas por dia.

Os futuros parlamentares ouvidos pelo Globo manifestaram escassa preocupação com questões como a relação entre os três Poderes e o sistema eleitoral. Mas há casos como o de Francisco Carrion Junior (PMDB-RS), que defendeu limitação ao uso de medidas provisórias. Já Ro-

seana Sarney (PFL-MA) e João Melão Neto (PL-SP) vão trabalhar pela imediata implantação do sistema de voto distrital. Melão, como o pedetista Carrion, também quer ver limitado o uso de medidas provisórias.

— O Presidente Collor seguiu a brecha descoberta por Sarney e passou a governar à base de medidas provisórias — criticou o futuro deputado do Partido Liberal.

O Ministro da Administração no Governo Sarney e Deputado eleito Aluizio Alves (PMDB-RN) anunciou que chegará ao Congresso para discutir assuntos de interesse do funcionalismo público. Responsável pela elaboração de um projeto que regulamentava o regime jurídico único para o funcionalismo — retirada do Congresso pelo Governo Collor —, Aluizio Alves prometeu voltar ao tema e intensificar a discussão sobre a greve nos serviços essenciais.